

## *Nos saberes de Clío e de Arconte: História, Literatura e Ensino*

*In the knowledge of Clío and Arconte:  
History, Literature and Teaching*

Pedro Pio Fontineles Filho\*

---

**Resumo:** O presente estudo tem o objetivo de compreender as relações de aproximação e distanciamento entre os saberes histórico, literário e educacional. Dessa forma, o estudo fez análises sobre a obra do escritor O. G. Rego de Carvalho, que problematizou a existência de “Literatura piauiense”. A postura do literato possibilitou questionamentos sobre a história da literatura e sobre o que é “ser piauiense”. Metodologicamente, o estudo centrou suas análises na leitura analítico-interpretativa da obra desse literato, a crítica literária local, bem como as leis estaduais, que tratam da obrigatoriedade do ensino de Literatura piauiense nas escolas do estado. Para tanto, as orientações teóricas de Certeau, Derrida, Barthes e Guimarães foram fulcrais para alicerçar as discussões propostas. Considerou-se, em linhas

**Abstract:** the present study has the main objective to comprehend the relation of approach and distance among the historic, literary and educational knowledge. This way, the study did analysis about the work by the writer O. G. Rego de Carvalho, who problematized about existence of the “Piauiense Literature”. The posture of the writer possibilitated the survey of issues about history and literature and about what it is “being piauiense”. Methodologically, the study focused its analysis in the Reading analytical and interpretative of work of the writer, the local literary criticism, as well as state laws, that treat around the obligation of the teaching of piauiense literature at schools in the state. For that, the theoretical orientations by Certeau, Derrida, Barthes and Guimarães were focal to underpin the proposed

---

\* Doutor em História Social Pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor no Programa de Mestrado em História Profissional (ProfHistória) Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professor no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (PPGHB/UFPI). Professor no curso de História da UESPI/CCM. *E-mail:* ppio26@hotmail.com

gerais, que a obra do literato permite uma reflexão sobre o “ser piauiense” na História e na Literatura, tendo o ensino como elo.

**Palavras-chave:** História. Literatura. Ensino.

discussions. It considered, in general lines, that the work by the writer permits the reflection about the “being piauiense” in the history and the literature, having the teaching as link.

**Keywords:** History. Literature. Teaching.

---

## Introdução

Não é apenas o historiador que domina a arte de contar. Todos nós contamos nossas vidas, elaboramos narrativas cotidianas. Estamos buscando compreender, com isso, nosso ser e estar no mundo. As narrativas são como espelhos que revelam identidades complexas, onde não faltam máscaras e olhares atentos aos menores sinais de mudanças inesperadas ou de quietudes permanentes. (REZENDE, 2010, p. 25).

É nessa percepção de que não só a História conta, narra e reconstrói a realidade, que se deve atentar à pluralidade de ideias, posturas e filiações teóricas que compõem, também, outras narrativas. Além disso, como são narrativas de matriz diversa, não se pode perder de vista que elas são impulsionadas por lugares também variados. Assim, como assevera Michel de Certeau (2011), lugar é aquele que permite, legitima ou interdita, proíbe a construção e divulgação de discursos em que as operações cognitivas se enquadram e se manifestam. Nesse ínterim, as narrativas histórica e literária têm se encontrado nos entrecruzamentos do pensar sobre as “identidades complexas”, sobretudo no que se refere a “mudanças inesperadas” ou “quietudes permanentes”. Passou-se, não de maneira tranquila, a questionar o que é ou não permitido na narrativa histórica e na narrativa literária que as aproxima e as distancia, em especial, sobre “o contar” de cada uma.

Tornou-se quase um consenso, até mesmo uma máxima, afirmar que História e Literatura possuem tamanha aproximação que são consideradas disciplinas “primas-irmãs”. Isso é, em larga medida, válido, visto que, retomando as referências da mitologia grega clássica, *Clio* (musa da História) e *Euterpe* (musa da Literatura) são duas das nove filhas de *Mnemosine* e *Zeus*. As musas tinham a atribuição de contribuir para a inspiração artística e a científica. Ao longo do processo de constituição

dos conhecimentos, como conhecimentos científicos, ambas as disciplinas se aproximaram mais de sua função científica. Muito embora, no sentido da prática, até mesmo do imaginário e das representações, a História tem sido vista como mais científica, e a Literatura, como mais artística. É importante ressaltar que essa dualidade Ciência-Arte, vez ou outra, tem sido retomada nas discussões teórico-metodológicas acerca das relações entre História e Literatura. Os debates giram em torno das características que aproximam e diferenciam a construção narrativa de cada uma, nos limiares entre o verídico e o ficcional.

A partir disso, é fundamental pensar que tais relações não podem ser pensadas somente no sentido de encontrar o que é e o que não é próprio da narrativa histórica ou da narrativa ficcional. É evidente que quanto mais o fazer de um conhecimento, com suas teorias e metodologias, apresenta maiores delimitações e definições, mais cientificamente organizado ele consegue ser. Contudo, o próprio *status* do termo “científico” já não pode ser pensado como sinônimo de infalibilidade. A cientificidade se encaminha no sentido da busca de objetivos e de objetivação, mas não necessariamente de “verdades absolutas”.

Sendo assim, como pensar o ensino de Literatura como uma possibilidade de se pensar a História? O. G. Rego de Carvalho,<sup>1</sup> em sua controversa e polêmica afirmação de que a “literatura piauiense” não existiria, fez aflorar, ou melhor, trouxe à tona um movimento em defesa da existência da “literatura piauiense”. Como, então, a produção literária e a atuação intelectual de O. G. Rego de Carvalho contribuem para refletir sobre esse debate?

Para além de se utilizar a produção literária como um recurso para se estudar a “história do Piauí”, deve-se, inicialmente, pensar sobre as implicações de tal “negação” e de tais “defesas”. Assim, surgiu, no campo da Literatura, a busca de se criarem delimitações/ligações entre o que seria “piauiense” e o que seria “regional” ou “nacional”, de tal maneira que se propôs o uso de expressões como “Literatura brasileira de expressão piauiense”, na tentativa de considerar as produções literárias consideradas locais que se inserem na esfera da produção considerada nacional. Nesse sentido, questões de fronteira podem ser trazidas à baila, visto que os próprios termos “piauiense”, “local”, “regional”, “brasileiro” e “nacional” vão se circunscrever no âmbito da reconstrução e invenção de identidades.

Por esse diapasão, leis que propuseram a utilização de expressões com esse intuito, bem como a publicação de livros/manuais de Literatura que seguem esse mesmo propósito, são fontes que ajudam a pensar sobre essas questões de fronteira e outros aspectos ligados à epistemologia e à produção de conhecimento histórico, bem como a inserção da narrativa de O. G. Rego de Carvalho no seio dessas questões. Nos livros/manuais de Literatura, O. G. Rego de Carvalho é sempre citado em listas dos mais significativos escritores do Piauí,<sup>2</sup> bem como é colocado em “classificações” que ele mesmo, em várias oportunidades, não aceitava, como ser considerado um “regionalista”. Identidades, memória, autor, autoria, tempo, espaço, leitura, circulação, consumo são alguns conceitos e categorias que podem ser discutidos por meio da Literatura e de manuais de Literatura.

Assim como a história da educação não pode ficar a cargo somente de pedagogos, a História da Literatura, com seus conceitos e usos, também não pode ficar sob a responsabilidade unicamente dos professores de Literatura ou de críticos literários. Os historiadores-professores devem se posicionar, no intuito de promover o desenvolvimento e o aprimoramento mútuos de ambas as disciplinas e saberes. Os livros/manuais de Literatura, como antologias que são, se configuram como Arcontes, pois deteriam o poder de escolha do que compõe o que precisa ser arquivado. Esse processo de arquivamento será, aqui, também discutido.

## **A História, a Literatura e a Lei: (des)encontros**

O ofício do historiador não se encerra na intimidade dos seus textos, mas se multiplica na sua comunicação com os outros, na intertextualidade das suas metáforas, que nunca falam só de si, pois precisam ser entendidas pelos outros para se tornarem culturalmente legítimas. (REZENDE, 2010, p. 27).

É na intertextualidade que se dá o entroncamento analítico entre História e Literatura, visto que, como postula Michel Foucault (2010), nenhum texto, nenhum livro é absoluto em si mesmo. Nesse sentido, é fulcral considerar que

o texto redistribui a língua (é o campo dessa redistribuição). Um dos caminhos dessa desconstrução-reconstrução é permutar textos, retalhos de textos que existiram ou existem em torno do texto considerado e finalmente nele: todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, com formas mais ou menos reconhecíveis. [...]

A intertextualidade, condição de todo texto, seja ele qual for, não se reduz, evidentemente, a um problema de fontes ou influências; o intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é detectável, de citações inconscientes ou automáticas, dadas sem aspas. (BARTHES, 2004, p. 275).

Além disso, outros textos também compõem o trabalho do historiador, como é o caso de textos legais, que trazem, em seu bojo, o olhar de outros sujeitos, o que potencializa o confronto de informações para a construção de narrativa histórica. É nessa aproximação intertextual que são percebidos os (des)encontros narrativos.

Isso posto, é salutar mencionar que a “literatura piauiense” é mencionada na Constituição do Estado do Piauí, desde 1989, quando foi promulgada, no sentido da obrigatoriedade de seu ensino:

Art. 226. § 1º. Será obrigatório, nas escolas públicas e particulares, o ensino de literatura piauiense e a promoção, no âmbito de disciplina pertinente, do aprendizado de meio ambiente, saúde, ética, educação sexual, direito do consumidor, pluralidade cultural e legislação de trânsito. (PIAUI, 1989).

O que chama a atenção, além da utilização do termo “piauiense” como algo já bem claro e definido, é o fato de a literatura ser mencionada juntamente com outras esferas da sociedade e da educação. A ênfase à literatura ficou praticamente diluída em meio a outros focos dados no parágrafo que fala sobre tal ensino.

No ano de 2005, foi publicada a Lei Ordinária n. 5.464, de 11 de julho de 2005, que “Dispõe sobre o ensino de literatura brasileira de expressão piauiense, no Ensino Fundamental e Médio, nas escolas das redes pública estadual e privada, no Estado do Piauí, e dá outras providências”. (PIAUI. Lei Ordinária n. 5.464, 11 jul. 2005).

No ano de 2009, Kenard Krueel se queixa de que a lei ainda não havia sido cumprida. (KRUEEL, 2009). Em 2011, essa obrigatoriedade é retomada no cenário político-administrativo. O então vereador, Evaldo Gomes, propôs um projeto que colocasse em prática o que já havia sido determinado pela Lei n. 5.464/2005, mas que, segundo ele, ainda não havia sido posta em prática. De acordo com ele, o uso da expressão “Literatura brasileira de expressão piauiense” teria retirado o status de existência e de autonomia da Literatura produzida em esfera local. Seus argumentos giraram em torno de afirmar que há “Literatura maranhense”, “Literatura cearense”, “Literatura pernambucana”, “Literatura catarinense”... Então, não se poderia deixar de falar e de defender a “Literatura piauiense”. Essa situação ressentimento (inclusão ou exclusão) acerca da Literatura nas redes de ensino voltou aos debates com a adesão das universidades públicas do Piauí ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Segundo muitos professores, escritores e intelectuais, a não mais contemplação direta de literatura considerada regional ou local no Enem, provocou um esvaziamento da obrigatoriedade, visto que os cursos, sobretudo os preparatórios para o vestibular, não se sentem mais obrigados a contemplar o ensino dessa literatura. Mais uma vez, as reivindicações giram em torno da “defesa” de uma identidade, de uma referência. Há, nesse sentido, disputas de poder no que se refere àquilo que legitima traços que representem a identidade de uma região ou de um estado. No percurso cronológico entre 1989 e 2005, quando houve mudanças na terminologia “Literatura piauiense” para “Literatura brasileira de expressão piauiense”, a tentativa foi muito mais do que promover uma inserção do local no nacional; foi uma reflexão acerca dos problemas teóricos e conceituais circundantes nos termos. A ideia de uma identidade definida e dada permaneceu.

Em 2003, também foi promulgada a Lei n. 359, de 11 de dezembro de 2003, que determina: “Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Piauí, nas escolas públicas (estaduais e municipais) e privadas, em nível de Ensino Fundamental e Médio”. (PIAUI, 2003). Pela lei, também se questiona o sentido do dado acabado referente à identidade da expressão “do Piauí”. Algo no mínimo curioso é o fato de que, no texto legal (Constituição do Estado do Piauí), não é mencionado nada sobre o ensino de “História do Piauí”, muito menos sobre sua obrigatoriedade, o que já havia sido contemplado com a Literatura. Em parte, essa lacuna pode ser explicada pelo caráter genérico

do art. 210 da Constituição Federal (CF/88), que apenas diz: “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988). Nesse sentido, as Constituições estaduais tiveram, e têm, certa autonomia, em expor esses “valores nacionais e regionais”. Pelo caráter abrangente do texto da lei, torna-se, então, tarefa de professores e pesquisadores refletir sobre os conceitos, as aplicações e ressonâncias do que está determinado.

A intenção aqui não é somente apontar às lacunas nas leis. A proposta é discutir o fato de que os textos, as leis e os conceitos são historicamente construídos, e que, por razão disso, são lacunares. O que pode ser visto como “nacional” ou “regional”? Trata-se, unicamente, de uma questão de espaço, de delimitação geográfica? Outras fronteiras, como as teóricas, metodológicas, ideológicas e científicas, devem ser tomadas em consideração para pensar e analisar esse cerne.

Para além dessas dimensões da aplicabilidade ou não das leis, das novas configurações de formas de ingresso no Ensino Superior, não se pode perder de vista é a questão de se pensar esse “ser piauiense”, esse “ser regional”, esse “ser brasileiro” como um dado definido e compreender que as identidades fazem parte de práticas de invenção e de recriação da própria identidade. Nesse sentido, o posicionamento de O. G. Rego de Carvalho sobre a existência de “Literatura piauiense” chama a atenção não somente para sua própria escrita, inserida ela mesma nesse conflito, mas a escrita e para a crítica de outros escritores e pesquisadores. Nesse sentido, o historiador não pode se furtar do dever de se enveredar nessa seara, para analisar e refletir acerca das implicações teórico-metodológicas que gravitam em torno dessa “identidade” posta no centro dos olhares e das disputas.

## Os (dis)cursos do ensino: as identidades inventadas

“Veja-se o caso da educação. Educar não é natural, é histórico”. (PINSKY, 2013, p. 154).

Os manuais de *literatura* voltados a professores e estudantes da Educação Básica, que se destinam a traçar um panorama da “Literatura piauiense”, ou, como eles têm preferido dizer, “literatura brasileira de

expressão piauiense”, iniciam ou pautam seus argumentos de organização, ou agrupamento de autores e obras, por dois eixos: a falta de uma sistematização da análise e da crítica; e o pouco conhecimento e divulgação da produção de Literatura considerada local. Diante desses vieses, reconhece que, “embora pouco conhecida e divulgada, a produção literária piauiense é bastante significativa, de boa qualidade, sendo objeto de estudo de pesquisadores, estudantes e professores universitários”. (LIMA, 2013, p. 8). Há, em certa medida, uma espécie de ressentimento pelo esquecimento; primeiro, pela pouca circulação e consumo de obras de escritores. Segundo, pela pouca inserção ou reconhecimento desses escritores na esfera nacional. Tal ressentimento pode ser visto em argumentos que defendem:

Precisamos conhecer melhor e mais profundamente o processo civilizatório piauiense, para melhor compreendermos o passado e o presente. Há estudos superficiais de historiadores da nossa literatura, mas falta uma análise criteriosa e consciência crítica. Falta mesmo uma história crítica da Literatura Brasileira de Expressão Piauiense. (LIMA, 2013, p. 7).

O pesquisador-professor de História, ao recorrer a tais manuais de Literatura, para buscar informações sobre ela, com o intuito de buscar informações e discussões para suas reflexões, deve atentar a todos os argumentos e silêncios na narrativa dos autores desses manuais. Isso, inclusive, para perceber chaves de discussão para o conhecimento histórico. A que “processo civilizatório” está se referindo o autor? A que “estudos superficiais” o autor se reporta? Que concepção de civilização sua assertiva expressa? O que é ser piauiense? Ao fazer esses questionamentos, pode-se traçar, inclusive, o “lugar” de onde partem as informações e para onde elas são endereçadas.

Impulsionado pela necessidade de mais trabalhos analíticos sobre Literatura, Luiz Romero Lima, na décima terceira edição de seu livro “Literatura brasileira de expressão piauiense”, afirma que seus amigos-professores “têm tido dificuldades para estudo de alguns autores, em virtude das dificuldades mencionadas”. (2013, p. 11). Segundo ele, sem a pretensão de levantar questionamentos de periodização, o seu livro “propõe, por meio da existência e circulação de obras, esta súpula que percorre a Literatura de Expressão Local”. (LIMA, 2013, p. 7). A

postura do autor desse livro-manual parece se deter em periodizações dadas às obras, grupos e gerações de escritores. Nesse sentido, ele cumpre, pelo fato de se propor como manual, sua função. No entanto, o historiador, como professor-pesquisador, deve lançar inúmeros olhares sobre outros caminhos discursivos, que não se restrinjam a uma periodização literária. A primeira questão a ser levantada é sobre os usos do termo “piauiense” ou “local”, os quais trazem embutida a noção de uma delimitação geográfica como o sinônimo ou a representação de uma identidade.

É preciso questionar esse “ser piauiense”, como um dado pronto, como algo definido e imutável. Ao mencionarem uma “Literatura piauiense”, os autores, pesquisadores, professores e estudantes devem se questionar acerca dessa pretensa imutabilidade. Isso remete, então, àquilo que Paul Ricoeur chama de “fragilidade da identidade”. Ele se questiona e tenta responder: “O que faz a fragilidade da identidade? É o caráter puramente presumido, alegado, pretense da identidade”. (2012, p. 94). A identidade, assim configurada, pressupõe a continuidade, a permanência. Sua relação é com o tempo, no sentido de que representa “ser o mesmo” ao longo do tempo. Para Ricoeur há dificuldade em se pensar a identidade, visto que “repousa num jogo complexo de mesmidade e ipseidade”. (2012, p. 94). Esse estudioso também chama a atenção para outra causa dessa fragilidade da identidade, que estaria relacionada com o “confronto com outrem, percebido como uma ameaça”. (2012, p. 94). Ao refletir sobre questões da identidade, sejam elas suscitadas pela Literatura, sejam pela própria história,

o discurso histórico deve ser construído em forma de obra; cada obra se insere num ambiente já edificado; as releituras do passado são outras tantas reconstruções, às vezes ao preço de custosas demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador. (RICOEUR, 2012, p. 222).

É “no ambiente edificado” da Literatura, em seus discursos de delimitação de identidades, por meio de categorias macro e micro (nacional, regional, local), que se toma a narrativa de O. G. Rego de Carvalho como um ponto nevrálgico para debate. Suas temáticas intimistas e subjetivas, mescladas com aspectos (auto)biográficos, o tem colocado nos deslizamentos entre tais categorias. Moderno, regionalista,

piauiense, oeirense, brasileiro, mundial. São alguns dos adjetivos ou categorizações a ele atribuídos e por ele também rejeitados.

Outra reflexão que pode ser trazida ao âmbito dessas identidades pretendidas remete ao papel da ideia de escala. A escolha da escola permite ao historiador repensar os caminhos da pesquisa histórica, pois abre espaço para inferir acerca de questões “menos aparentes” ao olhar do pesquisador. Assim, “ao mudar de escala, não vemos as mesmas coisas maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos. [...] Vemos coisas diferentes”. (RICOEUR, 2012, p. 222). E são essas coisas diferentes que a História oportuniza ao se pensar as identidades pretendidas, como no caso da “literatura piauiense”. Tem razão Ricoeur, lembrando-se dos ensinamentos de Nietzsche, que a operação historiográfica é, também, uma operação arquetetônica.

De Oeiras, passando por Teresina, Piauí, Nordeste, Brasil e Exterior, esse tipo de projeção de alcance, como geralmente se faz acerca da trajetória do literato, está-se lançando mão dos “jogos de escala” com o intuito de representar o crescimento e a grandiosidade de sua produção literária. Classificá-lo como regionalista não seria unicamente localizá-lo em suas características de linguagem e de forma, mas, também, alçá-lo para além dos limites de sua cidade natal e de seu estado. Torná-lo “regionalista” ou “regional” assumiria, então, essa dupla função: marcá-lo em uma “identidade expressiva” (regionalista) e pretender alçá-lo a uma “identidade superior” (nacional). Isso fica explícito na expressão “Literatura brasileira de expressão piauiense”. De certa forma, trata-se de reconhecer que um escritor é “piauiense”, mas que não se pode esquecer de considerá-lo “brasileiro”, de que seu alcance está além dos limites geográficos, muito embora esses mesmos limites continuem sendo enfatizados para ressaltar essa ruptura/permanência. As distinções pela delimitação geográfica continuam fortes na narrativa dos escritores-organizadores de antologias/manuais. Sobre O. G. Rego de Carvalho, Luiz Romero Lima (2013, p. 156) afirma “com segurança, que é o ficcionista mais importante do Piauí e um dos bons da moderna ficção brasileira”. Por esse comentário, o professor-antologista continua realizando uma profunda divisão entre o local e o nacional, sublinhando marcante hierarquia. Outros manuais/antologias, como o “Literatura piauiense para estudantes” (1999), de Adrião Neto, foram produzidos no rastro daquilo que é determinado na Constituição Estadual de 1989, sobre a obrigatoriedade do ensino de “literatura piauiense”. Sobre O.

G. Rego de Carvalho, traz informações básicas, biográficas e bibliográficas, com alguns trechos de seus livros e de comentários em jornais sobre sua obra. O alcance de O. G. Rego de Carvalho, nos espaços voltados ao ensino e à educação, pode ser visualizado em conjunto com algumas transformações educacionais, dentre elas, a exigência, nos vestibulares das universidades públicas do Piauí, de conhecimentos sobre autores do Piauí. Quando isso acontece (começou no final da década de 1970 e continuou nas décadas de 1980 e 1990) as escolas públicas e privadas passaram a dar maior destaque aos escritores, fomentando, inclusive, a pesquisa e a publicação de obras já esgotadas. Segundo o Professor Luiz Romero Lima,

a bem da verdade, a literatura piauiense se tornou muito mais conhecida entre os jovens quando as duas Universidades públicas fizeram sua inclusão nos exames de vestibular. Hoje, qualquer estudante sabe citar pelo menos quais são os livros e os autores piauienses mais importantes. (LIMA, 2013, p. 9).

No encarte que acompanha o livro *Como e por que me fiz escritor* (1994), de O. G. Rego de Carvalho, há uma seleção de questões que foi aplicada em vestibulares de 1979, 1983 e 1994, da Universidade Federal do Piauí. Além disso, há 13 questões elaboradas pelos professores-organizadores do projeto “Lamparina”, Wellington Soares, Benilde de Castro e Ozias Lima, responsáveis pelo projeto e pela publicação do livro. Essas informações chamam a atenção para o fato de que os espaços de intelectualidade mantêm relação direta com os rumos da História do Ensino e da Educação. Nesse sentido, entra-se, inclusive, no debate da História da Leitura, no sentido de que as leituras também são práticas localizadas historicamente, criadas a partir de diferentes demandas e temporalidades.

### **Entre a memória e a memorização: leituras “dirigidas”**

A nossa consciência não passa por uma sucessão de momentos neutros, como o ponteiro de um relógio, mas cada momento contém todos os momentos anteriores. (ROSENFELD, 1969, p. 75).

O livro, como matéria, como elemento físico e como elemento imaterial, tem, entre várias outras funções, a de contribuir para a memória. A primeira delas, talvez, seja a perpetuação, no tempo, de seus autores, mesmo após sua morte. O. G. Rego de Carvalho fazia questão de demonstrar sua preocupação em ficar na memória de todos por meio de seus livros. Chegou a afirmar que tinha consciência de que, dentre seus livros, somente *Rio subterrâneo* (1967) e *Ulisses entre o Amor e a Morte* (1953) permaneceriam vivos pelo menos no espaço do Piauí.

Há, também, o sentido de preservação da memória quando se criam mecanismos ou estratégias às lembranças da história de vida do autor. Em certa medida, traçar o trajeto biográfico é uma tentativa de controlar ou direcionar as leituras a serem feitas sobre a obra do autor. Talvez tenha sido com essa intenção que Divaneide Maria Oliveira de Carvalho, esposa de O. G. Rego de Carvalho, elaborou um resumo biográfico de seu marido, que foi publicado no final de seus livros, pelo menos nas últimas edições. Tal resumo inicia com a indicação da data e cidade de seu nascimento, mencionando sua filiação paterna e materna. Encerra com o destaque para o ano de 2007, apontando à publicação da terceira edição, em espanhol, de *Ulisses entre o amor e a morte*, pela Fundação Quixote; a publicação da quinta edição de *Somos todos inocentes*, também pela Fundação Quixote; e a publicação de *O. G. Rego de Carvalho: fortuna crítica* (2007), de Kenard Krueel.

Esses traçados biográficos do literato fazem pensar sobre as tensões, limites e perspectivas da relação entre História e Biografia. O estudo biográfico, desde suas manifestações no século XIX, que foram fortemente rebatidas no início do século seguinte, sobretudo pelos *Annales*, até o seu “retorno” já na segunda metade do século XX, passou por muitos desafios. Tais desafios se deram, em grande medida, em decorrência de que, mesmo já se considerando o estudo biográfico uma possibilidade legítima para a narrativa histórica, os seus usos se limitavam a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso.

No percurso educacional, detidamente no da aprendizagem, algo que deve ser atentado é o que se refere à reflexão da memória e à prática de memorização. Quando, então, o aprender deixa de ser uma prática da memória, como fluxo de lembranças e de esquecimento de fatos, acontecimentos, e se constitui somente como um exercício de memorização? Esse questionamento deve ser feito em todas as disciplinas, pois isso é fundamental para a eficácia do ensino. Como

assevera Selva Guimarães Fonseca (2011), o professor-pesquisador, lançando mão de novas fontes e linguagens, deve tomar os textos literários como instrumentos importantes para a pesquisa e para o ensino. Assim, a questão da “literatura piauiense” levantada pelas leis, por O. G. Rego de Carvalho e pelos manuais/antologias deve fazer parte dessa composição de fontes e linguagens.

Quando as universidades públicas começaram a exigir “literatura piauiense” em seus vestibulares, a preocupação parece ter ficado muito ligada à “listagem” de nomes de autores, de títulos de livros e datas. As discussões e as reflexões ainda estavam escamoteadas. Basta olhar para algumas questões elaboradas e aplicadas em alguns vestibulares. Tomando o caso de O. G. Rego de Carvalho, as perguntas só pediam para dizer a que “geração” pertencia, o nome da revista literária que havia ajudado a fundar, os títulos de seus livros e sua filiação literária. Em momento algum, tais questões levantavam questionamentos sobre as polêmicas em relação à “filiação literária” do autor. E ainda: as questões também utilizavam a expressão “contexto literário brasileiro de expressão piauiense” para introduzir o enunciado, sem promover um debate acerca de a que contexto se referia, nem chamava a atenção ao aspecto das identidades. É importante frisar que não é intenção do presente estudo apontar “erros” nos enunciados de questões de vestibulares ou de suplementos de exercícios dos livros/manuais de literatura voltados a estudantes. O intuito é perceber que há lacunas no que tange a uma temática extremamente pertinente às pesquisas em História: a identidade. Outros pontos, como a memória, o espaço, a narrativa, o autor, a autoria, a circulação, o consumo, a leitura são plenamente viáveis ao se tomar os textos literários em si mesmos, bem como os manuais que se destinam a sistematizar a literatura.

Os livros/manuais voltados, inicialmente, a professores e estudantes funcionam, em larga medida, como antologias. Segundo Ivete Camargo Walty (2007), como um suporte, um de exterioridade do ato de arquivar, que constitui um lugar de autoridade de discurso. Dessa maneira, os autores e/ou organizadores de antologias assumem-se como arcontes, pois fazem uma espécie de organização por consignaçoão. No sentido trabalhado por Derrida (2001, p. 14), “a consignaçoão tende a coordenar um único ‘corpus’ em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuraçoão ideal”.

Nesse sentido, aspectos como poder, campo, autoria podem ser discutidos no campo da historiografia, com o intuito de pensar a construção das narrativas que inventam realidades, práticas e identidades.

### **Considerações finais**

Não é mais nenhuma surpresa, ou pelo menos não deveria mais ser, que as aproximações entre História e Literatura são cada vez mais plausíveis para os inúmeros objetos e objetivos da narrativa histórica. Da mesma maneira, a Literatura também tem se utilizado bem dos ensinamentos e constructos da historiografia para compor suas reflexões como campo e como ciência-arte-narrativa. Nesse ínterim, o foco principal, aqui analisado, foi o aspecto dos silêncios ainda insistentes e persistentes, sobre o trato das identidades como algo definido e acabado, e como isso está presente/ausente nos veículos do ensino, como as leis e antologias/manuais. No caso do que se convencionou chamar tanto no campo literário como no histórico, de “literatura piauiense” ou de “história piauiense”, o que se pode ver é um deslizamento semântico que implica questões de fronteira. Essa identidade tem sido pautada, em grande parte, pelas dimensões e delimitações muito mais geográfico-físicas do que no âmbito das práticas e dos discursos. O. G. Rego de Carvalho contribuiu, ao ter sido polêmico sobre a inexistência de “literatura piauiense”, para que as lacunas de debate sobre tal pudessem ser percebidas e, a partir de então, se tornarem objeto de estudo.

As leis e os manuais/livros/antologias de Literatura são fontes importantes à promoção desse debate, pois, na esteira do que se reflete sobre as “identidades” nacionais e regionais, como tem sido muito debatida sobre o Nordeste inventado, é importante discutir sobre a esfera do Piauí. Além disso, esses abrem espaço para outras questões atreladas, como: memória, autoria, leitura, campo, relações de poder, discursos e narrativas.

## Notas

---

<sup>1</sup> Nasceu em 25 de janeiro de 1930, em Oeiras. Faleceu em 9 de novembro de 2013. Principais livros: *Ulisses entre o amor e a morte* (1953), *Rio subterrâneo* (1967) e *Somos todos inocentes* (1971).

<sup>2</sup> Basta olhar para a lista intitulada “As dez melhores obras do Piauí”, matéria da jornalista Isabel Cardoso do jornal *Meio Norte*, Caderno Alternativo, de 24/01/1999, reproduzida no livro “Literatura brasileira de expressão piauiense”, de Luiz

Romero Lima. Nessa lista estão: *O homem e sua hora*, de Mário Faustino; *Beira rio beira vida*, de Assis Brasil; *Rio subterrâneo*, de O. G. Rego de Carvalho; *Lira sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco; *Zodiaco*, de Da Costa e Silva; *Ataliba, o Vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco; *Tempo conseqüente*, de H. Dobal; *Um manicaca*, de Abdias Neves; *Os últimos dias de Paupéria*, de Torquato Neto; e *Curral das serras*, de Alvina Gameiro.

## Referências

---

BARTHES, Roland. *Inéditos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. *DOU*, Brasília, DF: 5 de outubro de 1988.

CARVALHO, O. G. Rego de. *Como e por que me fiz escritor*. 2. ed. Teresina: Projeto Lamparina, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KRUEL, Kenard. *Literatura brasileira de expressão piauiense*. Disponível em: <http://krudu.blogspot.com.br/2009/08/literatura-brasileira-de-expressao.html>. Acesso em: 12 ago. 2012.

KRUEL, Kenard. *O. G. Rego de Carvalho: fortuna crítica*. Teresina: Zodíaco, 2007.

- LIMA, Luiz Romero. *Literatura brasileira de expressão piauiense*. 13. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2013.
- NETO, Adrião. *Literatura piauiense para estudantes*. 5. ed. Teresina: Edições Geração 70, 1999.
- PIAUI. *Constituição do Estado do Piauí*. 1989. DOE, Teresina, PI: 5 de outubro de 1989.
- PIAUI. *Lei Ordinária n. 359*, de 11 de dezembro de 2003.
- PIAUI. *Lei Ordinária n. 5464*, de 11 de julho de 2005.
- REZENDE, Antonio Paulo. *Ruídos do efêmero: história de dentro e de fora*. Recife: EDUFPE, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. 4. reimp. Campinas, SP: Edunicamp, 2012.
- ROSENFELD, Anatol. *Texto/contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- WALTY, Ivete Lara Camargos. Antologias: arquivo e exclusão; violência e realismo. *P: Portuguese Cultural Studies*. 1 Spring 2007.